



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO N° 09/CEPEX/IFRO, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Guajará-Mirim.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo n° 23243.005787/2015-33, considerando a Resolução n° 61/CONSUP/IFRO/2016, considerando, ainda, a aprovação unânime do Cepex na 5ª Reunião Ordinária, em 08/07/2016;

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Guajará-Mirim*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBUTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

GUAJARÁ-MIRIM/RO
2015

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	3
1.1	Histórico da instituição	4
1.1.1	Histórico do <i>Campus</i>	5
1.2	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	6
2	APRESENTAÇÃO	7
2.1	Dados gerais do curso	8
2.2	Justificativa	8
2.3	Objetivos	10
2.3.1	Objetivo geral	10
2.3.2	Objetivos específicos.....	11
3	CONCEPÇÃO CURRICULAR	11
3.1	Metodologia.....	12
3.2	Estratégias de atendimento em EAD	13
3.3	Matriz curricular	15
3.3.1	Núcleo profissionalizante (NP)	15
3.3.2	Núcleo Complementar (NC)	15
3.4	Eixos formadores.....	17
3.5	Critérios de aproveitamento de estudos	18
3.6	Critério de avaliação de aprendizagem.....	18
3.10	Perfil do egresso.....	21
3.11	Promoção, retenção e recuperação	22
4	PÚBLICO-ALVO	23
5	EQUIPE DE PROFESSORES	24
5.1	Requisitos de formação	24
5.2	Equipe docente constituída para o curso.....	25
6	APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	25
6.1	Diretoria de ensino	26
6.1.1	Coordenação de Apoio ao Ensino	26
6.1.2	Coordenação de Assistência ao Educando.....	26
6.1.3	Coordenação de Registros Acadêmicos	27
6.1.4	Coordenação de Biblioteca	27
6.1.5	Coordenação de Curso	27
6.1.6	Coordenação de TCCs.....	28
6.2	Departamento de extensão	28
6.3	Departamento de pesquisa, inovação e pós-graduação	28
6.4	Coordenação de gestão de tecnologia da informação.....	29
6.5	Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas.....	29
7	AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS E DE SUPORTE ..	29
7.1	Espaços formadores	30
7.2	Recursos tecnológicos	30
8	EMBASAMENTO LEGAL	31
8.1	Documentos da legislação nacional	31
8.2	Normativas internas	32
9	REFERÊNCIAS	33
	ANEXO I – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE	35

ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE.....	39
ANEXO III – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE	42

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 - Dados de identificação do demandante

2.1 INSTITUIÇÃO DEMANDANTE
<p>Nome: Secretaria de Estado de Educação do Rondônia CNPJ: 045.645.30/0001-13 Nome Fantasia: SEDUC Esfera Administrativa: Estadual Endereço: Av. Leopoldo de Matos, 364 - Centro - Guajará-Mirim, RO CEP: 76.850-000 Telefone: (69) 3541-3559 Fax: (69) 3541-3559 E-mail de contato: renguajaramirim@educ.ro.gov.br Site da unidade: www.educ.ro.gov.br Coordenadora Regional de Educação: Léa Andrade Moura de Araújo</p>

Quadro 2 - Dados de identificação do ofertante

2.2 INSTITUIÇÃO OFERTANTE
<p>Nome do IF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia CNPJ: 10.817.343/0005-20 Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Esfera Administrativa: Federal Endereço: Av. Sete de Setembro, 2090 – Nossa Senhora das Graças Cidade/UF: Porto Velho/RO CEP: 76.804-124 Telefone: (69) 2181-9600 Fax: (69) 2182 -9600 E-mail de contato: reitoria@ifro.edu.br Site da unidade: www.ifro.edu.br Reitor: Uberlando Tiburtino Leite Pró-Reitora de Ensino: Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Junior Pró-Reitor de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis Pró-Reitor de Administração: Arijuan Cavalcante dos Santos Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dauster Souza Pereira</p>
2.2 IFRO – <i>Campus</i> Guajará-Mirim
<p>Nome do IF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – <i>Campus</i> Guajará-Mirim CNPJ: 10.817.343/0005-20 Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – <i>Campus</i> Guajará-Mirim Esfera Administrativa: Federal Endereço: Av. 15 de novembro, S/N - Planalto Cidade/UF: Guajará-Mirim/RO CEP: 76.850-000 Telefone: (69) 9985-4314 E-mail de contato: campusguajara@ifro.edu.br Site da unidade: www.ifro.edu.br Diretor-Geral: Vagner Schoaba Diretora de Ensino: Juliana Braz da Costa</p>

1.1 Histórico da instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. Faz parte de uma rede de 105 anos, com origem no Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Pelo ato, foram criadas 19 Escolas de Aprendizagem Artífices, uma em cada capital federativa, para atender especialmente a filhos de trabalhadores de baixa renda.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Na prática, as atividades do IFRO se iniciaram com dois *campi*, Colorado do Oeste e Ji-Paraná, no primeiro semestre de 2009. Estes são seus marcos históricos:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Porém, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007;
- 2008: Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei

11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

- 2009: Início das aulas do *Campus* Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO.
- 2010: Início das atividades dos Campi Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena;
- 2011: Inícios das atividades do *Campus* Porto Velho Zona Norte; e
- 2015: Início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim.

O Instituto Federal de Educação de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o ano de 2016, a configuração é esta: uma Reitoria; oito *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e um *Campus* avançado em Jaru, em implantação; e ampliação do número de Polos de Educação a Distância no interior do Estado.

1.1.1 Histórico do *Campus*

O *Campus* Guajará-Mirim teve sua concepção inicial idealizada em 2009, com a então gestão do professor Raimundo Vicente Gimenez, na ocasião como Magnífico Reitor do IFRO.

O *campus* foi concebido para atender a população de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e a cidade de Guayaramerin, esta última trata-se de uma cidade boliviana, desta forma o *campus* atuaria como escola de fronteira, tendo um possível perfil binacional.

No ano de 2011, a então presidente da república senhora Dilma Rousseff, autorizou a implantação de novos *campi* dos IFs, iniciando o estreitamento das relações entre a gestão do IFRO e a Gestão municipal, para tratar da implantação do *campus*. No ano de 2012, a Câmara Municipal de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do Instituto Federal de Rondônia, e o prefeito sancionou a Lei nº 1.548/2012 de doação do terreno, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados. Os procedimentos legais foram realizados e então a área que era ocupada pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura passou a ser propriedade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

No mês de fevereiro de 2012, o senhor Atalibio Pegorini, então prefeito da cidade de Guajará-Mirim, assinou o “Termo de Compromisso” para o credenciamento do município na condição de beneficiado com a instalação do oitavo *Campus* do IFRO a ser instalado no estado de Rondônia. De imediato o IFRO passou a ofertar ensino na modalidade a distância, com a implantação de um Polo EaD, ofertando 10 cursos técnicos subsequentes ao ensino médio.

Em Janeiro de 2013 as obras do novo *Campus* tiveram início, através da ordem de serviço número 17 de 20 de dezembro de 2012.

Com o início das obras, foi projetado o início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim para o ano de 2014, com a transferência do polo EaD para as instalações do IFRO, porém, no início do ano de 2014, a região foi assolada por grandes chuvas, o que isolou o município, não possibilitando a chegada do material de construção, bem como demais mercadorias à região, fazendo com o que a obra tivesse atrasos, sendo que o novo cronograma passou a ser o segundo semestre de 2015.

Com as obras finalizadas, em 27 de julho de 2015 houve a aula inaugural do curso técnico em manutenção e suporte em informática concomitante ao ensino médio, assim mais 40 alunos passam a ser atendidos por este *campus*. Com a estruturação da escola, o polo de ensino a distância foi deslocado da escola municipal para as instalações do *campus*.

1.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, tem o objetivo de ampliar o acesso ao ensino técnico e expandir a atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em âmbito nacional.

Definido como instituição ofertante de formação técnica, o Instituto Federal de Rondônia levará à comunidade, cursos técnicos concomitantes e de formação inicial e continuada. Os cursos técnicos concomitantes atenderão diretamente aos alunos do ensino médio das escolas públicas do Estado de Rondônia. Com um trabalho realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, o IFRO será um parceiro atuante para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público.

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma concomitante, referente ao eixo tecnológico Segurança, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este projeto pedagógico de curso se propõe a contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso técnico de nível médio para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, destinado a estudantes que concluíram o ensino médio e pleiteiam uma formação técnica.

Configura-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa numa perspectiva progressista e transformadora, nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional. Estão presentes, também, como marco orientador desta proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFRO que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

A educação profissional técnica concomitante ao ensino médio, tem por finalidade formar técnicos de nível médio para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos com especificidade em uma habilitação técnica reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais. Embora, não articulada com o ensino médio, em sua forma de desenvolvimento curricular, os cursos técnicos do IFRO estão estruturados de modo a garantir padrões de qualidade correlatos aos demais cursos técnicos, quanto ao tempo de duração, a articulação entre as bases científicas e tecnológicas, a organização curricular com núcleos politécnicos comuns, às práticas interdisciplinares, às atividades de prática profissional, às condições de laboratórios e equipamentos, às formas de acompanhamento e avaliação, assim como nas demais condições de ensino.

Essa forma de atuar na educação profissional técnica objetiva romper com a dicotomia entre educação básica e formação técnica, possibilitando resgatar o princípio da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer a partir do princípio da politécnica, assim como visa propiciar uma formação humana e integral em que a formação profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientada pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes. Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional. Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

2.1 Dados gerais do curso

Nome do curso: Técnico em Segurança do Trabalho, Concomitante ao Ensino Médio

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Segurança

Habilitação: Técnico em Segurança do Trabalho

Carga Horária: 1190 horas relógio

Forma de ingresso: Convênio Secretaria Estadual de Educação de Rondônia

Vagas de ingresso: 30

Turno de funcionamento: Noturno

Regime de matrícula: Semestral

Prazo para integralização do curso: No mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) semestres.

2.2 Justificativa

Com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e a formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de

tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho, conseqüentemente, estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos.

Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho. Percebe-se, entretanto, na realidade brasileira um déficit na oferta de educação profissional, uma vez que essa modalidade de educação de nível médio deixou de ser oferecida nos sistemas de ensino estaduais com a extinção da Lei nº 5.962/71. Desde então, a educação profissional esteve a cargo da rede federal de ensino, mas especificamente das escolas técnicas, agrotécnicas, centros de educação tecnológica, algumas redes estaduais e nas instituições privadas, especificamente, as do Sistema “S”, na sua maioria, atendendo as demandas das capitais.

A partir da década de noventa, com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passa a ter um espaço delimitado na própria lei, configurando-se em uma modalidade da educação nacional. Mais recentemente, em 2008, as instituições federais de educação profissional, foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Portanto, tem sido pauta da agenda de governo como uma política pública dentro de um amplo projeto de expansão e interiorização dessas instituições educativas.

Nesse sentido, o IFRO ampliou sua atuação em diferentes municípios do estado do Rondônia, com a oferta de cursos em diferentes áreas profissionais, conforme as necessidades locais. No âmbito do município de Guajará-Mirim, a oferta do Curso Técnico Concomitante em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, busca atender à demanda de mão de obra qualificada para os diversos setores produtivos, contribuindo assim, para o desenvolvimento de uma cultura preventiva de Segurança e Saúde no ambiente laboral.

As várias formas de exploração do trabalhador, como se sabe, têm sido continuamente praticadas pelos empregadores desde antes da revolução industrial, em detrimento dos trabalhadores. A questão acidentária laboral alcança

contornos especiais face aos elevados índices de sua ocorrência. A conjugação de três fatores: absoluta e única priorização do incremento da produtividade por parte do Empregador, o despreparo técnico e cultural da grande maioria dos empregados brasileiros e a falta de uma política social consistente e racional por parte do Governo, que privilegie a prevenção dos infortúnios laborais, têm sido o tripé que, ao longo dos anos, dá a incômoda posição de destaque no *ranking* mundial dos acidentes do trabalho. De igual maneira, sabe-se que a ocorrência de acidentes do trabalho, neles inclusos não só a modalidade típica, como também as manifestações de doenças profissionais e do trabalho, produz consequências negativas, as mais variadas, para os três segmentos envolvidos na relação trabalhista: empregado, empregador e governo. Ditos prejuízos podem ser representados da forma seguinte: Para Empresa: perda de tempo útil na produção, danificação de máquinas e equipamentos, gastos com treinamento de substitutos de acidentados, etc. Para o Trabalhador: redução salarial enquanto estiver percebendo benefício previdenciário, perda de membro ou órgão funcional, sofrimentos físico, mental e psicológico, desajuste familiar decorrente da perda do Chefe da Família ou sua invalidez, diminuição no orçamento familiar, etc. Para o Governo: despesas com atendimento médico-hospitalar, transporte de acidentados, remédios, reabilitação profissional, pagamento de benefícios previdenciários diversos: auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, etc.

Em síntese, prevenir acidentes do trabalho é um imperativo legal, além de se constituir num dever social. Nessa perspectiva, o *Campus* Guajará-Mirim propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma Concomitante, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Segurança do Trabalho, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivo geral

Oferecer educação profissional técnica de nível médio em segurança do trabalho, na modalidade concomitante aos beneficiários do Programa Nacional de

Acesso ao Ensino Técnico - Pronatec conforme apresentação da instituição demandante, SEDUC.

2.3.2 Objetivos específicos

- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Aplicar as Normas Regulamentadoras no Ambiente Laboral;
- Avaliar os Riscos Ambientais;
- Acompanhar o desenvolvimento de Programas Ambientais;
- Desenvolver treinamentos de Segurança de Saúde do Trabalhador nas Empresas;
- Fomentar a cultura de prevenção e saúde no trabalho.

3 CONCEPÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político-Pedagógico do IFRO. Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

3.1 Metodologia

O currículo está organizado de modo a garantir o desenvolvimento global do aluno, conforme as diretrizes fixadas pelas Resoluções 2/2012 (diretrizes do Ensino Médio) e 6/2012 (diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio), do Conselho Nacional de Educação. Atende à sistemática de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional e os princípios educacionais defendidos pelo Instituto Federal de Rondônia, pautados numa educação significativa.

A organização curricular para a habilitação de **Técnico em Segurança do Trabalho** está estruturada em períodos denominados semestres letivos, de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam o aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem.

As disciplinas de cada período letivo representam importantes instrumentos de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos. A integração de disciplinas de formação geral com as de formação profissional, de forma inter e transdisciplinar, orienta a construção de um aprendizado para aplicação de bases conceituais gerais com fundamentos específicos da área profissional, assim como favorece o desenvolvimento pleno dos sujeitos pela aplicação de bases tecnológicas e científicas de formação técnica.

O curso privilegia o aluno enquanto agente de sua aprendizagem, por prever o desenvolvimento de projetos, atividades científico-culturais e processos dialógicos de formação, dentre outras atividades e princípios educacionais. Os conteúdos se associam com o mundo do trabalho, a escola e a sociedade, de modo que se definem pela contextualização.

Serão trabalhados com recursos tecnológicos e estratégias inovadoras, usando-se como mediação as relações afetivas, interacionais e transformadoras.

O ensino é concebido como uma atividade de aplicação e não de transferência de conteúdo, e a aprendizagem, como uma construção, em vez de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social. Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o

desenvolvimento educacional, mas sempre tendo em vista esse ideário metodológico aqui delineado.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o alternativo trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação.

3.2 Estratégias de atendimento em EAD

Até 20% da carga mínima do curso, que não inclui estágio ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da Educação a Distância, sempre que o *campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, *quiz*, atividade *off-line*, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- b) *Chat*: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções *on-line*, em períodos previamente agendados.
- c) *Quiz*: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- d) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

- e) Atividade *off-line*: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- f) Teleaulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros *campi* ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- g) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, no artigo 11, e os elementos específicos de EaD, que trarão metodologias específicas para a carga horária parcial. As atividades de EaD podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas.

Os professores incluirão, nos seus planos de ensino regulares, os planos de atividades que desenvolverão em EaD, conforme o modelo a seguir:

Quadro 3 - Plano de atividades EAD

Plano de Atividade em EAD para a Disciplina (Indicar disciplina)	
Elementos do Plano	Descrição dos Elementos
Objetivos	Identificar aqui os objetivos da aprendizagem
Conteúdos	Elencar as abordagens teóricas e teórico-práticas
Carga-Horária	Definir o tempo disponível para a atividade
Ferramentas e Estratégias	Prever estratégias e/ou ferramentas de trabalho.
Atividade do Aluno	Identificar a atividade que o aluno desenvolverá: relatório, exercício, resolução de questionários, etc.
Avaliação	Prever estratégias como provas, testes, debates, respostas aos fóruns, etc.
Material para o Aluno	Apresentar o material a ser usado nos estudos: vídeos, imagens, arquivos
Referências	Elencar o rol de referências: livros, revistas, etc.
Data de Início	Definir data e hora da abertura da atividade no AVA.
Data de Fechamento	Definir data e hora do fechamento da atividade no AVA.

Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e aos requisitos de qualidade da formação em EaD. Os resultados dos estudos em EaD representarão entre 20 e 40% das notas na disciplina correspondente.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, sejam as usadas no AVA ou em outro meio, e a equipe diretiva de ensino, pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e

demais componentes curriculares. Os planos de ensino devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo, e os planos de atividades em EaD, sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional.

Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *campus*.

3.3 Matriz curricular

O curso está organizado em itinerários formativos que envolvem disciplinas distribuídas em dois núcleos: O núcleo profissional e o núcleo complementar.

3.3.1 Núcleo profissionalizante (NP)

O Núcleo Profissional é composto por disciplinas específicas do currículo do Curso. As disciplinas consolidam a formação dos estudantes para o trabalho, mas sem perder de vista a preparação para a vida em sociedade. Elas envolvem conhecimentos básicos específicos que habilitem ao desenvolvimento de atividades técnicas, no sentido de orientar, acompanhar e executar ações que valorizem o contexto da formação, com vistas à sustentabilidade dos empreendimentos e do meio ambiente.

Os componentes curriculares são compostos por conteúdos que preparem os estudantes para planejamento, elaboração de projetos, gestão de serviços e pessoas e aplicação prática das técnicas e tecnologias. O desenvolvimento das ações é pautado pelos fundamentos da modalidade escolhida para o exercício da profissão. As disciplinas deste núcleo agregam os conhecimentos necessários para a formação técnica integrada à formação humana e social.

A disciplina Orientação para Pesquisa e Prática Profissional é comum aos cursos e tem por finalidade preparar os alunos para a metodologia do trabalho científico e o estágio.

3.3.2 Núcleo Complementar (NC)

Todas as disciplinas possuem a sua dimensão prática. Este Núcleo contempla a prática profissional complementar da formação pretendida, para prover experiências mais intensivas e específicas em situações reais de trabalho. É

composto pelo Estágio ou pelo alternativo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme as condições expressas no item “Prática Profissional Complementar”, disposto mais adiante.

A matriz curricular apresentada a seguir demonstra a sistematização e a ordenação anual do oferecimento das disciplinas.

O currículo está estruturado em três semestres. Cada um apresenta um conjunto de competências necessárias para o desempenho das tarefas de um Técnico de Segurança do Trabalho. A carga horária total é de 1200 horas acrescidas de 240 horas de estágio. O aluno faz jus ao diploma na medida em que adquirir todas as unidades curriculares do e cumprir o estágio obrigatório.

Quadro 4 - Matriz curricular do curso

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO						
CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM						
Matriz aprovada pela Resolução nº 09/CEPEX/IFRO/2016						
LDB 9.394/96, Art. 24; Resoluções CEB/CNE 3/98, 4/99 e 1/2005; Decreto nº 5.154/2004						
Carga horária total dimensionada para 3 semestres e até 100 dias letivos por semestre						
Duração da aula: 50 minutos						
	DISCIPLINAS	SEMESTRES			TOTAIS (Hora- aula)	TOTAIS (Hora- relógio)
		1º	2º	3º		
1º SEM.	Segurança do Trabalho I	4			80	66
	Processos Industriais	4			80	66
	Saúde Ocupacional I	2			40	33
	Orientação para Pesquisa e Prática Profissional	2			40	33
	Legislação I	2			40	33
	Psicologia	2			40	33
	Informática	2			40	33
	Estatística Aplicada	2			40	33
Total de aulas por semana		20			400	330
2º SEM.	Segurança do trabalho II		4		80	66
	Saúde Ocupacional II		4		80	66
	Prevenção e combate a incêndios		4		80	66
	Higiene Ocupacional I		4		80	66
	Legislação II		2		40	33
	Administração		2		40	33
Total de aulas por semana			20		400	330
3º SEM.	Higiene Ocupacional II			4	80	66
	Desenho			4	80	66
	Prevenção e Controle de Riscos			4	80	66
	Meio Ambiente			2	40	33
	Ergonomia			2	40	33
	Ética e Cidadania			2	40	33
	Inglês Instrumental			2	40	33
Total de aulas por semana				20	400	330
NÚCLEO COMPLEMENTAR	Estágio obrigatório				240	200
Total de disciplinas no semestre		8	7	7	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					1440	1190

Serão distribuídas 20 aulas por semana, e a possibilidade de distribuição de 5 aulas semanais aos sábados ou em horários alternativos, especialmente para contemplar a carga horária excedente de um turno diário, de forma presencial ou a distância. O *campus* definirá os horários e dias de registro, respeitando-se o cumprimento de 100 dias de registro letivo a cada semestre, a carga horária mínima do curso e a regularidade de atendimento.

3.4 Eixos formadores

O curso se compõe de eixos temáticos definidos pelas diretrizes nacionais da educação e pela própria natureza da formação, conforme o quadro a seguir.

Quadro 5 - Eixos formadores e práticas transcendentais

Eixo	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Instrumentalização e desenvolvimento de competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Informática
		Psicologia
		Processos Industriais
		Estatística Aplicada
		Didática
		Ética e Cidadania
		Inglês Instrumental
		Administração
Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos da profissão	Normatização da ação humana coletiva e responsável do técnico em segurança do Trabalho.	Orientação para a Pesquisa e Prática
		Legislação I
		Meio ambiente
		Saúde Ocupacional I
		Segurança do Trabalho I
		Ergonomia
Ação e produção: sustentabilidade da prática profissional do técnico em Segurança do trabalho.	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade.	Higiene Ocupacional I
		Segurança do trabalho II
		Saúde Ocupacional II
		Prevenção e Combate a Incêndios.
		Prevenção e Controle de Riscos
		Legislação II
		Higiene Ocupacional II
Prática profissional	Sistematização do aprendizado.	Desenho
		Estágio
Atividades transcendentais	A amplitude do trabalho educativo junto a sociedade rondoniense	Trabalho de Conclusão de Curso.
		Estágios, visitas técnicas, jogos, mostras, Seminários, pesquisa, atividades laboratoriais e outras.

3.5 Critérios de aproveitamento de estudos

Poderá acontecer aproveitamento de estudos ao longo da formação ou a partir do ingresso no curso, levando-se em conta a realidade da instituição que os ofereceu e do IFRO, conforme as orientações contidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO.

3.6 Critério de avaliação de aprendizagem

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino-aprendizagem, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96. Será realizada da seguinte forma:

- a) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diário de classe, registro de atividades;
- b) Autoavaliação;
- c) Análise das produções dos alunos (relatórios, artigos, portfólio);
- d) Assiduidade e participação ativa nas aulas;
- e) Atividades específicas de avaliação (exame oral, escrito, entrevista, produção textual, realização de projetos e de relatórios próprios).

Para a avaliação do desempenho, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação, elaborados pelo professor. Os demais critérios de avaliação da aprendizagem estão definidos no Regimento Geral do IFRO e no Regimento Interno do *Campus*, que atenderão, dentre outros, aos princípios relativos a notas e frequência.

3.7 Prática profissional complementar

A Prática Profissional Complementar, a ser realizada por meio de **Estágio**, justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional. De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008, “[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos [...]” Para

este projeto, é definido na modalidade obrigatório, contempla no mínimo 240 horas de duração e consiste em requisito para obtenção de diploma.

A Lei 11.788/2008 prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação profissional (por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria Instituição também poderá conceder vagas para Estágio aos estudantes, neste caso cumprindo os princípios da Orientação Normativa 7/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento.

As formas de realização do Estágio serão definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2011) e o *Manual de Orientação de Estágio* (2011) aprovado pelo Instituto Federal de Rondônia. Questões omissas das normativas e deste projeto, relacionadas às condições de realização da prática de Estágio, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

Nos termos do Regulamento supracitado (2011), os Estágios devem ser iniciados a partir do 2º semestre (a partir do cumprimento de 50% do curso) e encerrados até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *campus*, que eles sejam realizados em prazo posterior. A carga horária específica de tal prática será acrescida à carga horária total do conjunto dos demais componentes curriculares, nos documentos de conclusão do curso.

Caso não seja possível realizar o estágio, por inexistência comprovada de vagas suficientes para tal prática complementar, esta poderá ser realizada na forma de trabalho de conclusão de curso (TCC). Quem justifica a inexistência de vagas é o Departamento de Extensão do *campus*, que deve emitir um parecer atestando o fato.

O TCC consiste numa opção de prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno matriculado no 2º semestre apresentará um projeto voltado para a resolução de um problema na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, desenvolverá o projeto e apresentará o relatório com os resultados obtidos, conforme as normas de TCC baixadas pela instituição.

A apresentação do TCC ou de relatório de estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

3.8 Atividades complementares

Aos estudantes será dada a oportunidade de participar de diversas atividades extracurriculares, tais como:

- a) Eventos Científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e difusão do conhecimento;
- b) Programas de Iniciação Científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) Atividades de Extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) Monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam com agilidade o desenvolvimento de projetos vários;
- e) Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) Visitas técnicas, que, também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa (daí a importância de relações empresariais e comunitárias bem articuladas) algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação.

Os cursos técnicos exigem uma observação direta do papel dos trabalhadores no mundo do trabalho, o envolvimento com práticas diversas de aplicação do conhecimento e a participação em eventos de difusão do conhecimento, para melhor consolidar a formação dos estudantes.

3.9 Relação entre ensino, pesquisa e extensão

O Instituto Federal de Rondônia idealiza o **Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Concomitante ao Ensino Médio** em consonância com as diretrizes estabelecidas em suas normativas e referenciais pedagógicos. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos estudantes os levará a compreender questões críticas e a influenciar no desenvolvimento local e regional. Terão condições de vivenciar e

superar problemáticas existentes, para prestarem o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserem.

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico integrará ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; conceberá a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, a equipe pedagógica organizará suas atividades de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades comunitárias e a prestação de serviços, numa participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

3.10 Perfil do egresso

O profissional concluinte do Curso Técnico Concomitante ao Ensino Médio em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, oferecido pelo IFRO deve apresentar um perfil de egresso que o habilite a desempenhar atividades voltadas para Prevenção e Combate aos Acidentes de Trabalho.

Esse profissional deverá demonstrar as capacidades de:

- a) Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- c) Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e

articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;

- d) Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- e) Desenvolver trabalho em equipe, integrando conhecimentos das competências adquiridas, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área;
- f) Conhecer, interpretar e aplicar os dispositivos jurídicos de segurança e saúde no trabalho;
- g) Realizar primeiros socorros em situações de emergência;
- h) Coletar, organizar e registrar dados relativos ao número de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais;
- i) Conhecer os fundamentos de prevenção das doenças e acidentes do trabalho.
- j) Reconhecer e avaliar os riscos profissionais e ambientais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho;
- k) Identificar e avaliar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos de Segurança do Trabalho;
- l) Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- m) Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- n) Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;
- o) Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

3.11 Promoção, retenção e recuperação

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção e recuperação estão contidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos

Cursos Técnicos de Nível Médio. Como não há previsão de reoferta do curso, são necessárias algumas estratégias especiais em favor da recuperação de alunos, dentre as quais as seguintes:

- a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao Exame Final, após discussões em Conselho de Classe e as recomendações deste;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações da Coordenação de Apoio ao Ensino;
- d) Adotar a progressão parcial, nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, quando houver professores disponíveis para atender o aluno em disciplinas de oferta especial, bem como se o aluno tiver tempo disponível para os estudos nas disciplinas sob dependência.

Outras ações devem ser implementadas, conforme as necessidades e trabalho conjunto da equipe de professores e assessorias.

3.12 Certificação

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de **Técnico em Segurança do Trabalho**, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas do IFRO (2012).

4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso técnico em segurança do trabalho serão os alunos que concluíram o Ensino Fundamental, que estejam regularmente matriculados no Ensino Médio e que tenham sido selecionados em processo seletivo especial conforme critérios estabelecidos pelo demandante.

Os principais beneficiários deste curso técnico são, além dos alunos, as empresas e profissionais da área que poderão contar com mão de obra qualificada e competente para a realização de um trabalho seguro e eficaz.

O perfil dos alunos será traçado por meio de um questionário socioeconômico, preenchido durante o processo de seleção ou no momento do ingresso. Caberá ao *campus* elaborar e aplicar o questionário (ou participar de sua elaboração e aplicação), bem como sistematizar e divulgar os dados de pesquisa às instancias superiores do *campus*, a fim de oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas de melhoria do acesso e permanência dos alunos no IFRO.

Deverão ser defendidos os mecanismos de democratização do acesso e permanência no Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, a fim de que se ampliem as condições de concorrência dos candidatos.

5 EQUIPE DE PROFESSORES

A seleção de docentes para atuar no curso dar-se-á a partir da publicação de processos seletivos lançados pelo *campus* para atendimento aos programas dos quais o IFRO participa, a exemplo do Pronatec. Poderão participar das seleções professores do IFRO e profissionais da comunidade em geral, conforme editais específicos. A convocação será realizada de acordo com a ordem de classificação e necessidade do *campus*, tendo em vista as regulamentações específicas de políticas, programas e projetos da Rede Federal de Educação.

5.1 Requisitos de formação

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 6 - Requisitos de formação por disciplina

ITEM	DISCIPLINAS	FORMAÇÃO ESCOLAR MÍNIMA PREVISTA
01	Segurança do Trabalho I	Engenharia em Segurança do Trabalho, Tecnólogo ou Graduado em segurança do Trabalho, ou formação em qualquer área com especialização em Segurança do Trabalho.
02	Processos Industriais	Graduação na área de Química industrial ou especialização em Produção industrial.
03	Saúde Ocupacional I	Graduação em Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia ou Medicina.
04	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Graduado em qualquer área
05	Legislação I	Graduado em Direito
06	Psicologia	Graduado em psicologia.
07	Informática	Graduado em Informática.

08	Estatística Aplicada	Graduação em Matemática.
09	Segurança do Trabalho II	Engenharia em Segurança do Trabalho, Tecnólogo ou Graduado em segurança do Trabalho, ou formação em qualquer área com especialização em Segurança do Trabalho.
10	Saúde Ocupacional II	Graduação na área de Saúde
11	Prevenção e Combate a Incêndios	Engenharia em Segurança do Trabalho, Tecnólogo ou Graduado em segurança do Trabalho, ou formação em qualquer área com especialização em Segurança do Trabalho.
12	Higiene Ocupacional II	Graduação em Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia ou Medicina.
13	Legislação II	Graduado em Direito
14	Administração	Graduado em administração
15	Higiene Ocupacional II	Graduação na área de saúde
16	Desenho	Graduação em Arquitetura ou Engenharia Civil.
17	Prevenção e Controle de Riscos	Engenharia em Segurança do Trabalho, Tecnólogo ou Graduado em segurança do Trabalho, ou formação em qualquer área com especialização em Segurança do Trabalho.
18	Meio Ambiente	Graduação na área de Ciências, Agronomia, Engenharia Ambiental, Tecnólogo em Gestão Ambiental ou Biologia.
19	Ergonomia	Engenharia em Segurança do Trabalho, Fisioterapia, Tecnólogo ou Graduado em segurança do Trabalho, ou formação em qualquer área com especialização em Segurança do Trabalho.
20	Ética e Cidadania	Graduado em História, Filosofia ou Sociologia.
21	Inglês Instrumental	Licenciatura em Inglês.

5.2 Equipe docente constituída para o curso

A equipe de docentes para o curso será contratada por meio de seleção pública organizada pela gestão do PRONATEC.

6 APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O *campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da unidade ou do IFRO. Pode contar também com representações discentes, quando formalmente constituídas.

O Conselho de Classe é um órgão cujas formas de ação, competências e outras fundamentações próprias de sua função estão definidas nos artigos 21 a 27 do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e no Regulamento do próprio colegiado. Compete principalmente a ele apreciar e deliberar sobre matérias relativas à formação dos estudantes, nos limites e segundo os princípios estabelecidos.

A estrutura organizacional do *campus* compõe-se de setores pedagógico-administrativos para orientação, acompanhamento e suporte às atividades de alunos e professores.

6.1 Diretoria de ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Instrui programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus*, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nas instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca. Poderão ser instituídas outras coordenações, como a de curso.

6.1.1 Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino, conforme a necessidade; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, presta apoio pedagógico aos alunos e professores.

6.1.2 Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.

O atendimento e acompanhamento pedagógico às turmas e aos alunos, de forma individualizada, têm como objetivo o desenvolvimento harmonioso e

equilibrado em todos os aspectos do indivíduo — físico, mental, emocional, moral, estético, político, educacional e profissional. Os serviços específicos são:

- a) Serviço Social, que presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, envolvendo: construção do perfil dos que ingressam no *campus*; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolva, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar.
- b) Serviço de psicologia: atende aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.
- c) Serviço de Atendimento Educacional Inclusivo: atende alunos com necessidades educacionais específicas.

Existe, portanto, uma inter-relação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e demais setores de apoio pedagógico e administrativos, com vistas a atender principalmente ao Programa de Assistência Estudantil do IFRO.

6.1.3 Coordenação de Registros Acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar dos estudantes. Incluem-se nas suas funções os trâmites para expedição de certificados e diplomas.

6.1.4 Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, no âmbito dos cursos e da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

6.1.5 Coordenação de Curso

A Coordenação do curso, subordinada à Diretoria de Ensino do *Campus*, é responsável por acompanhar o processo de formação dos estudantes, participar dos

processos de reformulação do projeto pedagógico e prestar o suporte necessário à execução do curso, conforme as competências estabelecidas no Regulamento da Organização Acadêmica.

6.1.6 Coordenação de TCCs

A Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso orienta e faz os acompanhamentos pedagógicos dos TCCs desenvolvidos no âmbito de todos os cursos, com apoio dos coordenadores e professores. Suas competências estão estabelecidas no Regulamento específico.

6.2 Departamento de extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, etc.), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a Administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

6.3 Departamento de pesquisa, inovação e pós-graduação

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino e extensão; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das

atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com estratégias de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, realizados no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, como também a comunidade externa.

6.4 Coordenação de gestão de tecnologia da informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: gestão acadêmica, ambiente virtual de aprendizagem dentre outros programas, sistemas e processos.

6.5 Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma necessidade que implique em dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNE. É possível promover suporte tecnológico aos estudantes (como órteses, próteses e outros), se houver provimento de recursos; o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva; e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

7 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS E DE SUPORTE

O *campus* conta com moderna infraestrutura de setores pedagógicos e administrativos, capazes de oferecer segurança e bem-estar a alunos, professores e comunidade externa. Além dos espaços formadores e de apoio pedagógico-administrativo, organizados em setores, conta com ambientes de recepção, alimentação, experimentos e outros.

7.1 Espaços formadores

São considerados espaços formadores todos aqueles em que seja possível desenvolver o ensino e a aprendizagem por meio de suporte e/ou instrução. Podem ser elencados as salas de aula, a quadra poliesportiva, os laboratórios, a biblioteca e outros.

As salas de aula do *campus* são climatizadas e equipadas com televisores e dispositivos de conexão de hiperídia. Atendem regularmente ao volume de alunos, à acessibilidade e aos requisitos gerais de bem-estar e harmonia dos usuários. Enquanto concepção pedagógica, elas possuem como extensão outros espaços para estudos coletivos ou individuais, interna ou externamente ao *campus*. São o espaço básico, mas não o único, para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Dada a intensidade de seu uso, requer mecanismos de manutenção e estratégias de suporte das equipes e setores de apoio.

A biblioteca encontra-se em processo de instalação e é previsto um ambiente amplo, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

Os laboratórios de informática e específicos encontram-se em instalação. O de Informática será estruturado com computadores conectados à internet e interligados em rede. Possibilitam a instrumentalização do aluno na linguagem de hiperídia, inserindo-o no mundo globalizado.

7.2 Recursos tecnológicos

O *campus* oferece segurança e suporte a todos que nele se integram. Possui equipamentos de segurança e principalmente os instrumentos e materiais necessários ao desenvolvimento de qualidade das atividades de formação. Conta com diversos recursos de hiperídia, tais como: *data show*, televisores, computadores, etc.

8 EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. Mas devem ser considerados ainda aqueles existentes ou a serem criados e homologados, bem como os que sejam parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da rede federal.

8.1 Documentos da legislação nacional

Os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio atendem ao respectivo Catálogo do Ministério da Educação, às diretrizes específicas da modalidade dos cursos e às normatizações internas. No âmbito da legislação nacional, elencam-se como referências comuns e recorrentes:

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- b) Decreto 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- c) Lei 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- d) Lei 11.892/08: cria os Institutos Federais;
- e) Lei 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- f) Parecer CEB/CNE 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- g) Resolução CEB/CNE 2/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- h) Resolução CEB/CNE 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Especificamente, a Resolução 6/2012, do Conselho Nacional de Educação, apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional específico define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

8.2 Normativas internas

O curso é regido também por normatizações internas que atendem à legislação nacional, quando à vida acadêmica em geral e às dimensões, fundamentos e processos específicos de formação. Os documentos de maior recorrência são:

- a) Regimento Geral;
- b) Regimento Interno do *Campus*;
- c) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- d) Instrução Normativa 1/2011 da Pró-Reitora de Ensino: trata do ingresso dos alunos de outras instituições por meio de apresentação de transferência;
- e) Instrução Normativa 2/2011 da Pró-Reitora de Ensino: da dispensa de Educação Física;
- f) Instrução Normativa 3/2011 da Pró-Reitora de Ensino: da antecipação de disciplinas da matriz do curso;
- g) Instrução Normativa 4/2011 da Pró-Reitora de Ensino: do aproveitamento de estudos;
- h) Instrução Normativa 6/2011 da Pró-Reitora de Ensino: do excedente de vagas;
- i) Instrução Normativa 7/2011 da Pró-Reitora de Ensino: do acompanhamento pedagógico de estágios;
- j) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- k) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Regulamento da Organização Acadêmica é o documento mais importante para a orientação geral dos processos de ensino, aprendizagem e registros acadêmicos. Outras normativas, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso. O mesmo deve ser considerado quanto à legislação nacional.

9 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

Resolução 2/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 19 set. 2015.

Resolução 6/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 19 set. 2015.

Instituto Federal de Rondônia. Pró-Reitoria de Ensino. **Instruções Normativas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 de 2011**. Porto Velho: Proen/IFRO, 2011.

_____. **Relatório de indicadores de resultados acadêmicos do IFRO no ano letivo de 2011 (com dados de matrícula inicial de 2012)**. Porto Velho: Proen/IFRO, 2012.

Instituto Federal de Rondônia. **Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Porto Velho: IFRO, 2010.

Manual de estágio. Porto Velho: IFRO, 2011.

Regulamento de estágio nos cursos técnicos de nível médio. Porto Velho: IFRO, 2011.

Regimento geral. Porto Velho: IFRO, 2011.

Regulamento da emissão, registro e expedição de certificados e diplomas. Porto Velho: IFRO, 2012.

Regulamento do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas — NAPNEs/IFRO. Porto Velho: IFRO, 2011.

Regulamento dos conselhos de classe e colegiados de curso. Porto Velho: IFRO, 2013.

Regulamento dos trabalhos de conclusão de curso. Porto Velho: IFRO, 2013.

Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientação Normativa 7/2008**. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/programa-de-estagio/orientacao_normativa_07_republicacao_2.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

Decreto 5.154/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em 26 de out.de 2015.

_____. _____. **Decreto 7.566/1909**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em 26 de out. de 2015.

_____. _____. **Lei 11.534/2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm>. Acesso em: 29out. 2015.

_____. _____. **Lei 11.788/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. _____. **Lei 11.892/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. _____. **Lei 12.711/2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 29out. 2015.

_____. _____. **Lei 8.670/1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8670.htm>. Acesso em: 29 out. 2015

_____. _____. **Lei 9.394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

DANTAS, A. C. da C. **Evasão, retenção e conclusão na rede federal**. Disponível em: <<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2001%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

ANEXO I – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina:	Segurança do Trabalho I				
Núcleo	NP	Ano	1 ^o	Carga Horária	80h
Objetivos: Capacitar o aluno para aplicação de medidas preventivas no ambiente de trabalho através do conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.					
Ementa: A história da Segurança do Trabalho; Estudo das Normas Regulamentadoras n ^{os} 01 / 02 / 03, 04, 05 e 06; Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho; Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos.					
Referências básicas PAULINO, NarayJesimar Aparecida; MENEZES, João Salvador Reis. O acidente do trabalho: perguntas e respostas. 2 ^a ed. São Paulo: LTR, 2003. 205 p. PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: LTr, 2005. 7v. Segurança e medicina do trabalho. 6 ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.					
Referências complementares CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes, uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999. 254 p. GARDIN, Eduardo Oliveira. Alerta de perigo. São Paulo: LTR, 2001. 340 p. MATSUO, Myrian. Acidentado do trabalho: reabilitação ou exclusão? São Paulo: Fundacentro, 2002. 238 p.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Processos Industriais				
Núcleo	NP	Ano	1 ^o	Carga Horária	80h
Objetivos Proporcionar aos alunos noções básicas dos processos de produção, equipamentos e máquinas para possibilitar a avaliação dos impactos das tecnologias nos processos de produção e sua relação com a segurança e saúde no ambiente de trabalho.					
Ementa Conceituação e importância; Processos Industriais; Ventilação; Manutenção; Corrosão; NR 12- Proteção de máquinas e equipamentos; Superfícies de trabalho e estruturas diversas; NR 11- Transporte, armazenagem e manuseio de materiais; NR 33- Espaço Confinado; Construção Civil; NR 14-Fornos; NR 13- Caldeiras e Vasos sob pressão; NR 10-Instalações e serviços em eletricidade.					
Referências básicas ARAÚJO, Giovanni M. Normas Regulamentadoras Comentadas. Volumes 1 e 2, 8 ^a edição, 2011. Editora GVC. BURGESS, Willian A. Identificação de Possíveis Riscos à Saúde do Trabalhador nos diversos Processos Industriais. 2 ^a edição, 1997. ERGO Editora Ltda. CAMPOS, Armando, TAVARES, José da Cunha, LIMA, Valter. Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, Equipamentos e Instalações. 2006. Editora SENAC São Paulo.					
Referências complementares MANUAL DE LEGISLAÇÃO, Segurança e Medicina do Trabalho. Editora Atlas, 2011. SANTOS, Milena Segurança e Saúde no Trabalho – Perguntas e Respostas 2 ^a Ed. Editora IOB, São Paulo, 2008. SALIBA, Sofia C. Reis. SALIBA, Tuffi Messias. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Editora LTR, 2003					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Saúde Ocupacional I				
Núcleo	NP	Ano	1 ^o	Carga Horária	40h
Objetivos Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 15, bem como elucidar que os trabalhadores expostos a agentes, sejam eles físicos, químicos ou biológicos, acima dos limites de tolerância, podem desenvolver alguma patologia do trabalho relacionada à exposição sistemática.					

Ementa: Saúde e doença; Condicionantes e determinantes do processo de saúde e doença; Pessoas Portadoras de Deficiência e o trabalho; Programa promoção da saúde do trabalhador; Saúde alimentar; Educação para a saúde; Doenças ocupacionais; Saúde do Trabalhador rural; PCMSO; Noções de epidemiologia; Introdução à toxicologia ocupacional; Acidentes domésticos.
Referências básicas Manual de Procedimentos para os serviços de saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho. Ministério da Saúde do Brasil, 2001. SENAC editora. Primeiros socorros. São Paulo. 2000 VIERIA, Sebastião Ivone. Medicina básica do trabalho. Genesis editora. Curitiba, 1994.
Referências complementares BORTOLOTTI, Fábio. Manual do socorrista. Porto Alegre: Expansão Editorial, 2008. BURGESS, William. Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais. Ergo Editora. Belo Horizonte. 1997. LEITE, Edna M A; SIQUEIRA, Maria E P B, Couto, Hudson A. Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1992.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Orientação para Pesquisa e Prática Profissional				
Núcleo	NP	Ano	1º	Carga Horária	40h
Objetivos Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.					
Ementa Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.					
Referências básicas ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Paraná: Juruá, 2012. LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.					
Referências complementares AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. São Paulo: Manole, 2013. BRASIL. Presidência da República. Lei 11.788/2008. Brasília, 2008. CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2007. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Legislação I				
Núcleo	NP	Ano	1º	Carga Horária	40h
Objetivos Estudar de maneira sistêmica o Direito do Trabalho no que tange às relações individuais de trabalho, analisando direitos e deveres dos empregados e empregadores, e o estudo do Direito Previdenciário com foco no Regime Geral de Previdência Social, abordando de maneira concisa os institutos jurídicos que norteiam a disciplina.					
Ementa Espécies normativas e sua hierarquia. Distinção entre as diversas funções regulatórias das relações sociais. Direitos fundamentais e infraconstitucionais relacionados ao trabalho.					
Referências básicas ASSIS, J. Carlos de. Trabalho como direito: fundamentos para uma política de pleno emprego. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. ISBN: 85-85910-47-X. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, Vozes, 1998. ISBN 8532619541. PEREIRA, Osny Duarte. Quem faz as leis no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.					
Referências complementares LASALLE, Ferdinand. O que é uma constituição? Belo Horizonte, Líder, 2004. ISBN-10: 8588466104. LIEBKNECHT, KARL. Acerca da Justiça de Classe, São Paulo-Munique-Paris: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2002. MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. Em: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis, Vozes, 1997. ISBN 8532624790.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Psicologia				
Núcleo	NP	Ano	1º	Carga Horária	40h
Objetivos					
Promover reflexão e aprendizagem dos conteúdos teóricos sobre o significado do trabalho, o comportamento humano no ambiente de trabalho (motivação, satisfação, liderança, conflito, estresse, trabalho em equipe, habilidades sociais, etc.) e o funcionamento organizacional em termos formais (visão, missão, e objetivos organizacionais, treinamento, desenvolvimento, etc.) e informais (cultura e clima organizacionais, capital humano, ética e responsabilidade social, etc.). De maneira geral, fazer com que o aluno compreenda a importância da saúde mental/psicológica do trabalhador como influenciadora na segurança ocupacional, bem como na frequência e intensidade de adoecimento do mesmo.					
Ementa					
Teorias explicativas do acidente de trabalho; Teoria da culpa e seus efeitos sobre o trabalhador; Produção da consciência culposa; Teoria das Representações Sociais; Noções sobre técnica de entrevista; Modelo de representação do acidente de trabalho.					
Referências básicas					
PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.					
POSSAMAI, Hélio – A Representação Social do Acidente de Trabalho; dissertação de mestrado; PG em Psicologia Social, PUCRS, 1998.					
STREY, Marlene et alii – Psicologia Social Contemporânea; Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.					
Referências complementares					
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. v. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.					
CARMO, Paulo Sérgio do; A Ideologia do Trabalho; São Paulo, Moderna, 1992 – (Coleção Polêmicas).					
CARMO, Paulo Sérgio do; O Trabalho na Economia Global; São Paulo, Moderna, 1998 – (Coleção Polêmicas).					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Informática				
Núcleo	NP	Ano	1º	Carga Horária	40h
Objetivos:					
Capacitar o aluno com uma base tecnológica em informática para que tenha conhecimento das terminologias básicas de Informática, bem como do funcionamento básico do computador e os componentes que o cercam.					
Ementa					
Conhecimento para uso das ferramentas oferecidas pela escola, noções gerais de Informática, Internet, bem como ferramentas para confecção de textos e apresentações.					
Referências básicas					
Loureiro, César Augusto H. Informática Básica. Porto Alegre:IFRS - <i>Campus</i> Porto Alegre, 2008.					
Fernandes, Alexandre. Excel 2002: para usuários de Office. São Paulo; Brasport, 2001.					
Silva, Mario Gomes da. Informática: terminologia básica - Microsoft Windows XP - Microsoft Office Word 2003. 2. ed. São Paulo: Érica, 2006					
Referências complementares					
Kraynak, Joe. Microsoft Office 2000 para Leigos Passo a Passo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 1999.					
Manzano, Jose Augusto Navarro Garcia. Estudo Dirigido de Excel 2000. São Paulo: Érica, 2001.					
Mink, Carlos. Microsoft Office 2000. São Paulo: Makron Books, 1999.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Estatística Aplicada				
Núcleo	NP	Ano	1º	Carga Horária	40h
Objetivos					
Contribuir para a formação de profissionais capacitados a utilizar os conhecimentos da estatística aplicada à Segurança do Trabalho para compreender e transformar o contexto sócio-político do seu meio, entendendo as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, e orientar escolhas e decisões, em valores e procedimentos, visando o desenvolvimento e aplicações de tecnologias relacionadas à prevenção de acidentes e à qualidade de vida do trabalhador.					

Ementa

População e Amostra. Séries Estatísticas. Gráficos Estatísticos. Testes de hipóteses. Distribuição de Frequência. Medidas de Tendência Central. Medidas de Variabilidade. Medidas de Assimetria. Noções de Probabilidade. Distribuição de Probabilidades. Correlação e Regressão Linear.

Referências básicas

BUSSAB, W.O. MORETTIN, P.A. Estatística Básica, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 2003), 526p.
CRESPO, Antônio A. Estatística Fácil. Editora Saraiva. 18ª ed. 2002.
TRIOLA, Mário F. Introdução à Estatística. LTC Editora. 9ª ed. 2005

Referências complementares

TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística, 7ª ed., Rio de Janeiro, 410p.
GOMES, F.P. Curso de estatística experimental, Piracicaba, ESALQ/USP (1981), 430p.
COMO FAZER EXPERIMENTOS, Benício de Barros Neto, Ieda Spacino Scarminio, Roy Edward Bruns. Editora Unicamp, 2007.

ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Segurança do Trabalho II				
Núcleo	NP	Ano	2º	Carga Horária	80h
Objetivos					
Capacitar o aluno para aplicação de medidas preventivas no ambiente de trabalho através do conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.					
Ementa					
Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; estudo das estatísticas de acidentes do trabalho; preenchimento da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT; inspeções de higiene e segurança em ambientes laborais; Apresentação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRa; Preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Estabelecimento de comparativo entre a NR-15 e o Anexo IV do Regulamento da Previdência Social; Procedimentos para a elaboração de perícias judiciais de insalubridade e periculosidade; Estudo das NRs- 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e 21 - Trabalho a Céu Aberto.					
Referências básicas					
AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.					
MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 3. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2005. 338 p.					
SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Pagano. (Org.). Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. 6. ed. São Paulo: LTr, 2009. 720 p.					
Referências complementares					
CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA, W. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. S; P. Editora SENAC. 2006. 394p.					
DUARTE, Edgard Filho. Programa 5 minutos diários de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente. 3. ed. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1999.					
KWITKO, Airton. Coletânea nº 2: audiologia forense, CAT por perda auditiva, quantificação da perda auditiva ocupacional, PPP e ética médica, PPP e audiometria e outros tópicos. São Paulo: LTr, 2004. 160 p.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Saúde Ocupacional II				
Núcleo	NP	Ano	2º	Carga Horária	80h
Objetivos:					
Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 15, bem como elucidar que os trabalhadores expostos a agentes, sejam eles físicos, químicos ou biológicos, acima dos limites de tolerância, podem desenvolver alguma patologia do trabalho relacionada à exposição sistemática.					
Ementa					
Noções básicas de primeiros socorros; Noções básicas sobre o atendimento adequado às vítimas em um acidente; NR 32 – segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.					
Referências básicas					
MASTROENI, Marco Fábio. Biossegurança aplicada a laboratório e serviços de saúde. Editora Atheneu. 2ª ed. São Paulo. 2006.					
NETO, A.B.; BUONO, Elaine Arbex. Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e domésticos. Editora LTr. São Paulo. 2004.					
VIERIA, Sebastião Ivone. Medicina básica do trabalho. Gênese editora. Curitiba. 1994.					
Referências complementares					
BORTOLOTTI, Fábio. Manual do socorrista. Porto Alegre: Expansão Editorial, 2008.					
LEITE, Edna M A; SIQUEIRA, Maria E P B, Couto, Hudson A. Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1992.					
THIESEN, Flavia Valladão. Manual para monitorização biológica da exposição ocupacional a agentes químicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Prevenção e Combate a Incêndios				
Núcleo	NP	Ano	2º	Carga Horária	80h

<p>Objetivos Apresentar aos alunos o Princípio da Combustão: características físicas e químicas da combustão, as causas comuns de incêndio, as técnicas de prevenção e combate ao incêndio, classe de risco e métodos de extinção, material de combate ao fogo e planos de emergência.</p>
<p>Ementa Histórico, Estudo do fogo, Equipamentos utilizados no combate a incêndio, Agentes extintores, Sistemas preventivos e Condutas de emergência.</p>
<p>Referências básicas CAMILLO JR, Abel B. Manual de prevenção e combate a incêndios. São Paulo: Senac editora, 2009. PEREIRA, Áderson G.; Popovic, Raphael R. Segurança Contra Incêndios.. São Paulo: Editora LTR. 2009. REIS, Jorge Santos. Manual básico de proteção contra incêndios. São Paulo: FUNDACENTRO, 1987.</p>
<p>Referências complementares ABIQUIM. Manual para atendimentos de emergências. 5ª edição. São Paulo: Pró-química, 2006. GOMES, Ary. G. cartilha de prevenção contra incêndio. Editora interciência. 2001. HENNIES, Wildor; WEYNE, Gastão R. Segurança na mineração e no uso de explosivos. Fundacentro.1980.</p>

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Higiene Ocupacional I				
Núcleo	NP	Ano	2º	Carga Horária	40h
Objetivos Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise dos ambientes de trabalho e na construção de políticas preventivas por meio de uma formação humanística, científica e tecnológica.					
Ementa Anexos da décima quinta norma regulamentadora; Agentes químicos; Agentes físicos; Agentes biológicos; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação; Instrumentação e técnicas de medição; Medidas de controle e mitigação.					
Referências básicas SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados, B.H. LTr, 2007, 112p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores. B.H. 2009.					
Referências complementares ARAÚJO, G. M. Fundamentos para realização de perícias trabalhistas, acidentárias e ambientais: aspectos técnicos e legais. Editora GVC. 2008. 540p. BREGLIERO, E; POSSEBON, J.; SPINELLI. R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. S. P., Editora SENAC. 2006. 422p. MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS: Segurança e Medicina do Trabalho. 64ª Ed. Editora Atlas S/A, São Paulo, 2009. 803 p.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Legislação II				
Núcleo	NP	Ano	2º	Carga Horária	40h
Objetivos Estudar de maneira sistêmica o Direito do Trabalho no que tange às relações individuais de trabalho, analisando direitos e deveres dos empregados e empregadores, e o estudo do Direito Previdenciário com foco no Regime Geral de Previdência Social, abordando de maneira concisa os institutos jurídicos que norteiam a disciplina.					
Ementa Conceitos de Previdência Social e Seguridade Social. A Seguridade Social na Constituição brasileira. Os diversos regimes previdenciários (geral, estatutário, complementar). Benefícios em espécie e critérios de acesso.					
Referências básicas ESPING-ANDERSEN, G.: O futuro do welfarestate na nova ordem mundial. Lua Nova (Revista de Cultura e Política), nº 35, 1995. MAGALHÃES, H. J. Evolução Histórico-Legislativa da Previdência Social (1960-2008) - Benefícios. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), 2011. TEIXEIRA, A. O Conceito de Seguridade Social na Constituição de 1988. Em: MORAES, Marcelo					

Viana Estevão de. A Previdência Social e a Revisão Constitucional. Brasília, CEPAL/MPS,

Referências complementares

CARDOSO JUNIOR, J. C. P. ; MAGALHÃES, H. J. . Trabalho, Previdência e Proteção Social no Brasil: Bases para um Plano de Benefícios Adequado à Realidade Nacional. In: Fagnani, E; Henrique, W; Lucio, CG;. (Org.). Previdência Social: como incluir os excluídos? Uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda.. São Paulo: LTr; Cesit; Unicamp, 2008. FORTES, S.B. Previdência Social no Estado Democrático de Direito. São Paulo, LTr, 2005.
TEIXEIRA, A. Do seguro à seguridade — a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro; Texto para Discussão no 249, IEI/UFRJ, 1990.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Administração				
Núcleo	NP	Ano	2º	Carga Horária	40h
Objetivos					
Refletir sobre o papel da administração aplicada. Analisar uma organização industrial nos seus aspectos básicos construtivos, produtivos e de relacionamento.					
Ementa					
Processo administrativo; Visão histórica da Administração; Principais conceitos e técnicas aplicadas no exercício da Administração no contexto organizacional.					
Referências básicas					
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Ed compacta, 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. Ed. Compacta, 1ed. São Paulo: 2006 TAVARES, José da Cunha. Tópicos de Administração Aplicada à Segurança do Trabalho. 9ª edição, São Paulo – SP, 2003. Editora SENAC.					
Referências complementares					
SALIBA, Sofia C. Reis. SALIBA, Tuffi Messias. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Editora LTR, 2003. CÉSPEDES, Livia; PINTO, Brasil I.; WINDT, Marcia C. V. S.; TOLEDO, Antonio L. CLT Saraiva Acadêmica. Constituição Federal e Legislação Complementar. Editora Saraiva, 2011. Kwasnicka, Eunice L. Introdução à Administração. 6ª edição, 2006. Editora Atlas.					

ANEXO III – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Higiene Ocupacional II				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	40h
Objetivos					
Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise dos ambientes de trabalho e na construção de políticas preventivas por meio de uma formação humanística, científica e tecnológica.					
Ementa					
Anexos da décima quinta norma regulamentadora: NR-15; Décima sexta norma regulamentadora: NR-16; Vigésima norma regulamentadora: NR-20; Agentes físicos; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação; Instrumentação e técnicas de medição; Medidas de controle e mitigação.					
Referências básicas					
SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de ruído. B. H. LTr, 2008, 136p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de calor. B.H. LTr. 2004, 80p.					
Referências complementares					
ARAÚJO, G. M. Fundamentos para realização de perícias trabalhistas, acidentárias e ambientais: aspectos técnicos e legais. Editora GVC. 2008. BREGLIERO, E; POSSEBON, J.; SPINELLI. R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. S. P., Editora SENAC. 2006. CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA. W. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. S; P. Editora SENAC. 2006.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Desenho				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	80h
Objetivos					
Instrumentar o discente para leitura, interpretação e execução do desenho técnico.					
Ementa					
Apresentação e uso do instrumental de desenho; Graficação arquitetônica: traçados, letras e números; Formato e dimensões do papel; Escalas; Dimensionamento; Contagem, Elaboração de croquis e interpretação de projetos arquitetônicos.					
Referências básicas					
FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 7ª ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2002. 1093p. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos e faculdades de arquitetura. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. 167 p. OBERG, L. Desenho arquitetônico. 22ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976. 154 p.					
Referências complementares					
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – 6492 – Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – NBR 8196 – Desenho técnico – Emprego de escalas. Rio de Janeiro, 1999. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – 10068 – Folhas de desenho – Leiaute e dimensões. Rio de Janeiro: ABNT, 1987					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Prevenção e Controle de Riscos				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	80h
Objetivos					
Permitir que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo.					
Ementa					
Conceitos fundamentais e evolução histórica dos riscos ambientais; Árvore de causas; Planos de contingência e seguros e resseguros no Brasil; Vigésima segunda norma regulamentadora; Vigésima nona norma regulamentadora; Trigésima norma regulamentadora; Trigésima primeira norma regulamentadora.					

<p>Referências básicas CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. B.H., Ed. Desenvolvimentos Gerenciais, 2001. DE CICCIO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. Introdução à engenharia de segurança de sistemas. S. P. Fundacentro, 1988. HARRINGTON, H. Gerenciamento total da melhoria contínua. S. P. Makron Books, 1997.</p>
<p>Referências complementares CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. S.P. Editora Altas. 2007. DEJOURS. C. Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetido à prova real. S. P. Ed. Blucher. 2008. MAGGI, B.; DWYER. T.; CARUSO, L. A. C. Trabalho, tecnologia e organização. S. P. Ed. Blucher. 2007.</p>

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Meio Ambiente				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	40h
Objetivos Apresentar informações básicas sobre qualidade ambiental, para que o profissional técnico possa participar ativamente como agente multiplicador e com isso discernir e identificar ações de degradação ambiental que interfiram na qualidade de vida, como também, as ações e instrumentos de proteção e preservação ambiental, colaborando na tomada de decisões referente à segurança do trabalhador e ao desenvolvimento sustentável.					
Ementa Fontes de Impacto Ambiental. Desenvolvimento Sustentado. Resíduos industriais: sólidos, líquidos e atmosféricos. Produção Mais Limpa. Fundamentação legal para a exigência do licenciamento ambiental. Características dos tipos de licenças emitidas. Processo do licenciamento nas esferas federal, estadual e municipal.					
Referências básicas BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. 2º Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 318p. 2005. GIANETTI, B.F.; ALMEIDA, C. Ecologia Industrial. São Paulo. Edgard Blucher. 2006. SANTOS, L. M.M. Avaliação ambiental de processos industriais. 2º edição. Editora Signus. 140p. 2006.					
Referências complementares BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938, de 31/08/81).Resoluções. CONAMA 05/1989; 03/1990; 375/2005. Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97. TENNEPOHL, C. & TRENNEPOHL, T. D. Licenciamento Ambiental. Editora Impetus. 304p. 2008.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Ergonomia				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	40h
Objetivos Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 17, bem como definir o conceito de ergonomia, objetivos, métodos e sua aplicabilidade processo produtivo.					
Ementa Introdução à Ergonomia: histórico, definições, objetivos e competências; Conceitos fundamentais de ergonomia para a elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho; Antropometria: definição, medidas estáticas e dinâmicas, zonas de alcance; Trabalho pesado e manuseio de cargas; Desenho Universal, com entendimento da NBR 9050; Desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho; Ergonomia na empresa: o que ocorre na prática e estudo da Norma Regulamentadora nº 17 do MTE.					
Referências básicas DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia prática. São Paulo: E. Blucher, 2004. 137 p. FIALHO, Francisco; SANTOS, Néri dos. Manual de análise ergonômica no trabalho. 2ªed. rev. e atual, Curitiba: Gênese, 1997. 316 p. IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: E. Blucher, 1990, 465 p.					

Referências complementares

ABRANTES, Antonio Francisco. Atualidades em Ergonomia – Logística, movimentação de materiais, engenharia industrial, escritórios. São Paulo: IMAM, 2004.

DANIELLOU, François. A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. 244 p.

GRANDJEAN, Etienne. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Ética e Cidadania				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	40h
Objetivos					
Propiciar ao aluno compreender, interpretar e discutir os acontecimentos sociais, políticos e culturais à luz da ética e da cidadania no contexto contemporâneo do mundo ocidental.					
Ementa					
O reconhecimento da ética como um conjunto de princípios, valores e motivações do ser humano, pessoais e sociais, que servem de orientação para a vida em sociedade.					
Referências básicas					
BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.					
COSTA, Jurandir Freire. A ética e o espelho da cultura . Rio de Janeiro: Rocco, 1995.					
NOVAES, A. (org.). Ética . São Paulo: Cia. das Letras, 1994.					
Referências complementares					
FAGUNDES, Márcia Botelho. Aprendendo valores éticos . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.					
GUARESCHI, Pedrinho & BIZ, Osvaldo. Mídia e Democracia . Porto Alegre: PG/OB, 2005.					
KORTE, Gustavo. Iniciação à ética . São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.					

PLANO DE DISCIPLINA					
CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO					
Disciplina	Inglês Instrumental				
Núcleo	NP	Ano	3º	Carga Horária	40h
Objetivos					
Promover o desenvolvimento da compreensão de textos escritos em inglês, através da aplicação de estratégias de leitura e do estudo de estruturas de nível básico.					
Ementa					
Leitura, compreensão oral, fala e escrita na língua inglesa em nível básico em situações do desempenho de atividades da segurança do trabalho.					
Referências básicas					
BARRACLOUGH, C et al. Activate! Longman.					
FOLEY, B. e H. POMANN. Survival English 1. Longman. Illustrated History of Britain. Longman.					
MCDOWALL, D. Lifelines. Longman.					
Referências complementares					
Longman Elementary Dictionary Longman Advanced American Dictionary.					
MOLINSKY, S. E B. BLISS. Teacher's guide. Longman.					